



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>

Agricultura familiar e o associativismo: produção e comercialização da farinha de mandioca na Agrovila Nazaré e região circunvizinha, Castanhal-PA.

Recebido em: 14/02/2025.

Aceito para publicação em: 04/10/2025.

Rayssa Silva dos Santos¹

Suely Cristina Gomes de Lima²

Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro³

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i1.20010>

Resumo

A formação de associações de produtores é uma alternativa viável para gerar benefícios e fortalecer a agricultura familiar. Assim, essa pesquisa objetivou verificar a percepção dos associados produtores de farinha de mandioca sobre a atuação da Associação de Moradores e Agricultores da Agrovila Nazaré quanto ao cultivo da mandioca, produção e comercialização da farinha. Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário estruturado, cujos resultados foram tabulados e analisados no software Microsoft Excel. A quantidade mensal de farinha produzida pelos associados é expressiva, equivalente a 78.600 kg. Quanto à renda mensal, 72,73% dos entrevistados recebem de 1 a 2 salários e 59% alegaram que a renda é obtida somente com a produção da farinha. Quanto à comercialização, 72,73% relataram que vendem a farinha que produzem somente para o atravessador e apenas 18,18% vendem uma parte do que produzem para a associação. Sobre a importância da associação no estímulo à produção da mandioca, produção da farinha e sua comercialização, 45,46% dos produtores consideram importante. Verificou-se que a associação precisa aperfeiçoar sua atuação para atender as necessidades dos associados, estimulando a cadeia produtiva da mandioca, principalmente em ações direcionadas à comercialização da farinha.

Palavras-chave: associativismo; agricultura familiar; cadeia da mandioca; comercialização.

Abstract

Family farming and associativism: production and commercialization of cassava flour in Agrovila Nazaré and surrounding region, Castanhal-PA.

The formation of producer associations is a viable alternative for generating benefits and strengthening family farming. Therefore, this research aimed to assess the perception of cassava flour producer

members regarding the work of the Agrovila Nazaré Residents and Farmers Association regarding cassava cultivation, flour production, and marketing. A structured questionnaire was used to collect data, the results of which were tabulated and analyzed in Microsoft Excel. The monthly quantity of flour produced by the members is significant, equivalent to 78,600 kg. Regarding monthly income,

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2196-383X>

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4521-673X>

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1661-7609>

72.73% of respondents receive one to two monthly salaries, and 59% stated that their income comes solely from flour production. Regarding marketing, 72.73% reported selling the flour they produce exclusively to middlemen, and only 18.18% sell a portion of their production to the association. Regarding the importance of the association in stimulating cassava production, flour production, and its marketing, 45.46% of producers consider it important. It was found that the association needs to improve its performance to meet the needs of its members, stimulating the cassava production chain, especially in actions aimed at marketing the flour.

Keywords: associations; family farming; cassava chain; commercialization.

Resumen

Agricultura familiar y asociaciones: producción y comercialización de harina de yuca en Agrovila Nazaré y región circundante, Castanhal-PA.

La formación de asociaciones de productores es una alternativa viable para generar beneficios y fortalecer la agricultura familiar. Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo evaluar la percepción de los socios productores de harina de yuca con respecto al trabajo de la Asociación de Residentes y Agricultores de Agrovila Nazaré en relación con el cultivo, la producción de harina y la comercialización de yuca. Se utilizó un cuestionario estructurado para recopilar datos, cuyos resultados se tabularon y analizaron en Microsoft Excel. La cantidad mensual de harina producida por los socios es significativa, equivalente a 78.600 kg. En cuanto a los ingresos mensuales, el 72,73% de los encuestados recibe uno o dos salarios mensuales, y el 59% afirmó que sus ingresos provienen únicamente de la producción de harina. En cuanto a la comercialización, el 72,73% declaró vender la harina que producen exclusivamente a intermediarios, y solo el 18,18% vende una parte de su producción a la asociación. En cuanto a la importancia de la asociación para estimular la producción de yuca, la producción de harina y su comercialización, el 45,46% de los productores la considera importante. Se constató que la asociación necesita mejorar su actuación para atender las necesidades de sus asociados, estimulando la cadena productiva de la yuca, especialmente en acciones dirigidas a la comercialización de la harina.

Palabras clave: asociaciones; agricultura familiar; cadena de yuca; marketing.

INTRODUÇÃO

Os agricultores familiares desempenham importante papel na segurança alimentar, uma vez que são responsáveis pela produção de quase 70% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento local já que grande parte da produção é destinada aos mercados locais e regionais, além de reduzir o êxodo rural (Scarabelot; Schneider, 2012; Serenini; Malysz, 2014).

Dentre os alimentos mais produzidos pela agricultura familiar, a mandioca recebe posição de destaque, uma vez que é uma cultura oriunda do Brasil e é a base alimentar de muitos povos, principalmente das famílias das regiões norte e nordeste. É um alimento energético e fonte de carboidratos, cultivado em pequenas áreas da propriedade rural dos agricultores, onde também é beneficiada, com pouca tecnologia, principalmente, da farinha de mesa (Silva, Alves; Aquino, 2011).

No estado do Pará, praticamente toda a produção de mandioca é destinada a fabricação da farinha, um dos principais itens componentes da dieta alimentar da população do estado. A maior parte da produção de farinha no Pará é realizada pela agricultura familiar, de forma artesanal em pequenas unidades de beneficiamento chamadas de casas de farinha ou retiros, sendo importante fonte de emprego e renda e segurança alimentar da população.

Ueno *et al.* (2016), afirmam que apesar da agricultura familiar desempenhar importante papel na economia brasileira, baixos são os investimentos direcionados a essa categoria, principalmente na disposição de auxílio para o escoamento de sua produção. Outros entraves sofridos para o

desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil são a baixa capitalização, falta de acesso a linhas de créditos rurais, necessidade de acesso a novas tecnologias, carência de assistência técnica e a dificuldade de acesso aos mercados.

A agrovila Nazaré, localizada na zona rural do município de Castanhal, é uma importante produtora de mandioca na região do nordeste paraense. O cultivo dessa tuberosa na comunidade é realizado, principalmente, nas propriedades dos agricultores familiares, cuja produção está mais direcionada ao beneficiamento da farinha de mandioca do grupo seca que também ocorre na propriedade familiar.

A farinha produzida além de ser consumida pelo agricultor e sua família, também é destinada ao abastecimento do mercado local e regional, ou seja, é comercializada dentro da própria comunidade, na vizinhança e nas regiões próximas como outras comunidades e nas feiras livres de municípios adjacentes, seja através do próprio produtor ou por meio do atravessador, também conhecido como intermediário.

Diante dos desafios e potencialidades da agricultura familiar, a formação de associações pode contribuir na melhoria da atuação dessa categoria no mercado, proporcionando benefícios econômicos aos associados, uma vez que o associativismo é um instrumento que auxilia na construção de um ambiente favorável à permanência dos pequenos produtores no ambiente rural, gerando também melhores condições de vida (Sangalli *et al.*, 2015). A formação de associações é uma alternativa para o produtor rural se fortalecer e defender seus interesses buscando reivindicar melhorias ou fins econômicos para os associados como compra de insumos e auxílio para a produção e comercialização de seus produtos.

O objetivo desse trabalho foi verificar a percepção dos associados que são produtores de farinha de mandioca quanto a importância da atuação da Associação de Moradores e Agricultores da Agrovila Nazaré sobre o auxílio que oferecem aos seus associados para o cultivo da mandioca bem como para a produção da farinha de mandioca e sua comercialização no mercado local e/ou regional.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Às mãos da agricultura familiar: produção da farinha de mandioca

A mandiocultura representa importante fonte alimentar para grande parte da população mundial, especialmente nos países da América do Sul, África e Ásia, onde é primariamente a fonte de calorias e carboidratos. É uma cultura tradicional e tipicamente brasileira, cultivada para exploração das raízes, principalmente para uso na alimentação humana, sendo a parte aérea mais utilizada na alimentação animal (Correa, Farias; Mattos, 2005).

É uma cultura que possui diversas vantagens quando comparada a outros cultivos como a facilidade em se propagar, alta tolerância a períodos extensos de estiagem, rendimento satisfatório mesmo em solos de baixa fertilidade, potencial resistência e tolerância a pragas e doenças e dentre outros benefícios, tornando-a adaptável a diversificados tipos de ambientes e acessível à população, principalmente àquela com recursos econômicos reduzidos (Cereda, 2005).

A produção brasileira de raiz de mandioca no ano de 2020 foi equivalente a um pouco mais de 18,95 milhões de toneladas, colhidas numa área de 1,26 milhão de hectares. Dentre as regiões do país, a região norte lidera a produção de mandioca com 35,4% de participação na produção na safra nacional, seguida pelas regiões sul com 24,2%, nordeste com 21%, sudeste com 12% e região centro-oeste com 7,4% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

Dentre os estados componentes da região norte, o estado do Pará classifica-se como maior produtor, pois na safra do ano de 2020 sua participação na produção de mandioca da região foi majoritária, equivalente a 20,1%. Grande parte da produção dessa tuberosa no estado é proveniente da agricultura familiar, sendo o processo produtivo e o beneficiamento da raiz suas principais atividades, gerando postos de trabalho e classificando esse setor como de maior ocupação do meio rural paraense (Canali, 2018; Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, 2018).

Revista Espaço de Diálogo e Desconexão - REDD (E-ISSN: 1984-1736).

A mandiocultura paraense destaca-se pela sua importância socioeconômica, pois além de gerar emprego e renda no meio rural também gera emprego nos centros urbanos onde os produtos são comercializados. Além dos aspectos econômicos, a produção artesanal paraense possui um importante caráter social, uma vez que a mandioca é cultivada essencialmente por pequenos produtores e agricultores familiares, cuja atividade produtiva contribui para a fixação do homem no campo, reduzindo sua evasão para a zona urbana (Cardoso *et al.*, 2001; Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, 2017).

A partir da mandioca obtém-se vários subprodutos como a goma, o tucupi, o beiju e a farinha de tapioca, mas a farinha de mandioca, é a mais produzida e apreciada pelos consumidores. O processamento das raízes para a obtenção da farinha e demais subprodutos acontece principalmente nas chamadas casas de farinha que são pequenas estruturas produtivas que fabricam os produtos de maneira tradicional e artesanal baseado na mão de obra familiar.

Verifica-se então que a farinha de mandioca é um produto que possui alto valor agregado uma vez que o agricultor planta e colhe a mandioca, transforma em farinha e muitas vezes ele mesmo vende ao consumidor. Além disso, destaca-se nesse contexto, o conhecimento tradicional repassado através de gerações, já que a prática da mandiocultura e o saber-fazer farinha foram aprendidos pelos agricultores com as gerações passadas e repassadas às próximas gerações, perpetuando o conhecimento milenar que envolve a produção da farinha de mandioca (Galera, 2008; Souza *et al.*, 2017).

2.2. Agricultura familiar e o acesso a mercados

A agricultura familiar, nos últimos anos, tem contribuído para a produção de alimentos e insegurança alimentar no Brasil, uma vez que são responsáveis pela produção de uma parcela significativa de uma gama variada de alimentos. A partir dos anos 90, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como importante categoria social e política. A mudança no olhar sobre essa categoria e aos problemas no meio rural promoveram a emergência de ações governamentais direcionadas aos pequenos agricultores, como a geração de políticas públicas para a agricultura familiar, onde se destacam os programas de compra institucional de alimentos dos agricultores familiares, que criam cadeias curtas agroalimentares e aproximam produtores e consumidores, fortalecendo a segurança alimentar e gerando renda aos agricultores (Cunha, Freitas; Salgado, 2017).

Os principais programas de compra institucional são o PAA, Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar. O PAA foi criado com o objetivo de articular a compra dos produtos da agricultura familiar a ações de segurança alimentar, ou seja, promover a distribuição de alimentos para a população em vulnerabilidade social. O PNAE, por sua vez, através da Lei 11.947/2009, promove a segurança alimentar para os estudantes e estimula a geração de trabalho e renda no meio rural (Grisa; Schneider, 2014; Cunha; Freitas; Salgado, 2017).

No entanto, os pequenos produtores ainda enfrentam dificuldades no acesso a mercados parciais e diversificados, adaptados às suas características econômicas específicas, fundadas no trabalho familiar e na fusão entre unidade doméstica e unidade produtiva (Sabourin, 2014). Dentre as dificuldades para acessar os mercados institucionais, destacam-se questões relacionadas a mobilização da agricultura familiar até a entrega dos produtos às escolas e seu pagamento. De um lado, os agricultores precisam modificar seus processos produtivos, planejar a produção, organizar documentos e produtos para inserção nas chamadas públicas e por outro lado, as escolas e demais órgãos públicos precisam reconhecer as especificidades da agricultura familiar local, modificando os cardápios para contemplar os produtos locais, por exemplo (Assis *et al.*, 2019).

Além da adaptação do cardápio às condições locais, Baccarin *et al.* (2017), sugere como papel do poder público a capacitação dos produtores sobre a legislação, regularidade de entrega dos produtos, produção de gêneros alimentícios alternativos, realização de investimentos que permitam o beneficiamento de produtos pelos próprios agricultores, assim como orientar sobre a necessidade de atendimento às normas sanitárias.

Nesse contexto, é importante destacar que a legislação sanitária, muitas vezes, tem se mostrado incompatível com a realidade dos empreendimentos, propiciando a concentração de mercado a favor das grandes empresas agroalimentares, sobretudo as que fabricam produtos de alto valor agregado (Costa, Amorim Júnior; Silva, 2015). A exemplo, cita-se que, em muitos casos, há uma necessidade de realização de investimentos produtivos a fim de adequar o empreendimento do agricultor às normas fiscais, sanitárias e ambientais para a instalação de uma agroindústria, no entanto, tais investimentos podem encontrar limitações nas condições financeiras dos agricultores (Baccarin *et al.*, 2017). Assim, verifica-se a necessidade de adaptar as legislações sanitárias a realidade da agricultura familiar, para que dentro de suas possibilidades, possam adequar-se e ofertar produtos dentro dos requisitos mínimos necessários à produção e à comercialização de alimentos exigidos pela normativas vigentes e, assim, adquirir a certificação de seus produtos.

A inspeção e certificação dos produtos tem por finalidade preservar a saúde pública, garantindo a inocuidade e integridade dos alimentos, sendo fornecidos com qualidade apropriada ao consumo humano (Silva, 2014). A certificação é um dos requisitos necessários a comercialização de alimentos em redes de supermercados varejistas/atacadistas, assim como para venda aos mercados institucionais como o PAA e PNAE. Em relação ao PNAE especificamente, tal exigência está atrelada ao fato de que o programa atende a uma grande parcela de crianças e adolescentes, e devido ao volume de alimentos adquiridos e a responsabilidade pela saúde pública de uma população considerada vulnerável, devido a sua idade e maturidade imunológica, as condições sanitárias devem ser asseguradas (Trinches; Schneider, 2012).

Trinches e Schneider (2012), afirmam que muitos produtores têm interesse em acessar novos mercados, mas não conseguem devido a necessidade de legalização da agroindústria. As regulamentações que regem as grandes indústrias, também são aplicadas as agroindústrias familiares, fato que dificulta a adequação fiscal, ambiental e sanitária. Assim, esses agricultores acabam optando por manter sua autonomia ligada a informalidade e a nichos de mercado e circuitos locais/regionais de comercialização, do que a se formalizarem. Inclusive, o acesso aos mercados institucionais paga um preço mais justo ao produto do pequeno agricultor quando comparado ao preço pago pelos intermediários ou atravessadores.

Assim, para ter acesso a novos mercados, os agricultores familiares precisam regularizar seus empreendimentos através da implementação das Boas Práticas de Fabricação de alimentos e da certificação de seus produtos, enquanto que os órgãos de fiscalização, por sua vez, ao buscar compreender a realidade desses produtores e adaptar as normas para que consigam aplica-las em seu empreendimento, promovem a valorização e inserção dos produtos da agricultura familiar em diferentes mercados, resultando também em melhorias na qualidade de vida desses sujeitos e estimulando o desenvolvimento da economia local/regional.

2.3 Associativismo

Desde o início da história da humanidade, as pessoas buscam cooperar entre si visando satisfazer suas necessidades individuais e coletivas. Assim, no decorrer do tempo, surgiram diversas formas de associação, e dentre elas, encontra-se o associativismo, que surgiu com o intuito de reunir esforços individuais em prol dos interesses coletivos, buscando proporcionar benefícios aos associados (Alves, Teixeira; Pereira, 2017).

A associação, portanto, é um grupo de pessoas que se organizam para defender objetivos comuns, seja de uma comunidade ou de um setor econômico. É uma organização de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, e seu patrimônio é construído pela contribuição de seus associados, doações ou outros requisitos estipulados na Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a qual institui o código civil brasileiro (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2019).

Ao estabelecer comparação entre as cooperativas e as associações o Sebrae afirma que

A diferença essencial está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que tem por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado (SEBRAE, 2009, p.22)

O associativismo é uma alternativa viável para que uma comunidade ou grupo de pessoas passe a possuir maior expressão social, política, ambiental e econômica, proporcionando o seu fortalecimento mediante a sociedade. A associação objetiva implementar e defender os interesses de seus associados como também incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural de seus integrantes (Lima *et al.*, 2009).

Para que o associativismo alcance os objetivos aos quais se propõe é necessário que os associados tenham conhecimento dos princípios básicos que regem esse sistema que são: adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos associados, participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação, formação e informação, cooperação entre as associações/cooperativas e o interesse pela comunidade (Alves, Teixeira; Pereira, 2017).

Nesse cenário encontra-se a agricultura familiar, segmento de suma importância para a população uma vez que produz grande parte dos produtos agropecuários e matérias-primas do Brasil. Esses pequenos produtores vêm demonstrando maior capacidade de produção e diversificação de produtos com utilização de tecnologia adaptada, no entanto, a maior dificuldade encontrada por esses agricultores é a comercialização de seus produtos (Ferreira, 2013).

Em vista disso, verifica-se a necessidade de criar estratégias diversificadas de acesso a mercados, promovendo assim a inserção desses sujeitos e a democratização desse processo. Assim, o associativismo mostra-se como alternativa para viabilizar as atividades econômicas, possibilitando aos empreendedores e pequenos produtores um caminho acessível para participar do mercado em condições melhores de concorrência, pois a competição direta com grandes redes alimentícias e a dependência de atravessadores, tornam mais difícil a disputa e sobrevivência dos pequenos agricultores (Ferreira, 2013; Eid *et al.*, 2015; Ramos, 2015).

Para Fagotti (2017), de maneira geral, o surgimento de associações formadas por produtores rurais são um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, melhorias nas condições de produção, canais de comercialização e de organização de demandas diante das exigências do governo. O associativismo, então, atua como um mecanismo que minimiza os empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas, pois ao possibilitarem a geração de renda, promovem uma série de efeitos benéficos que, em diversas áreas, podem contribuir com a dinamização econômica, fator essencial ao desenvolvimento (Sangalli *et al.*, 2015).

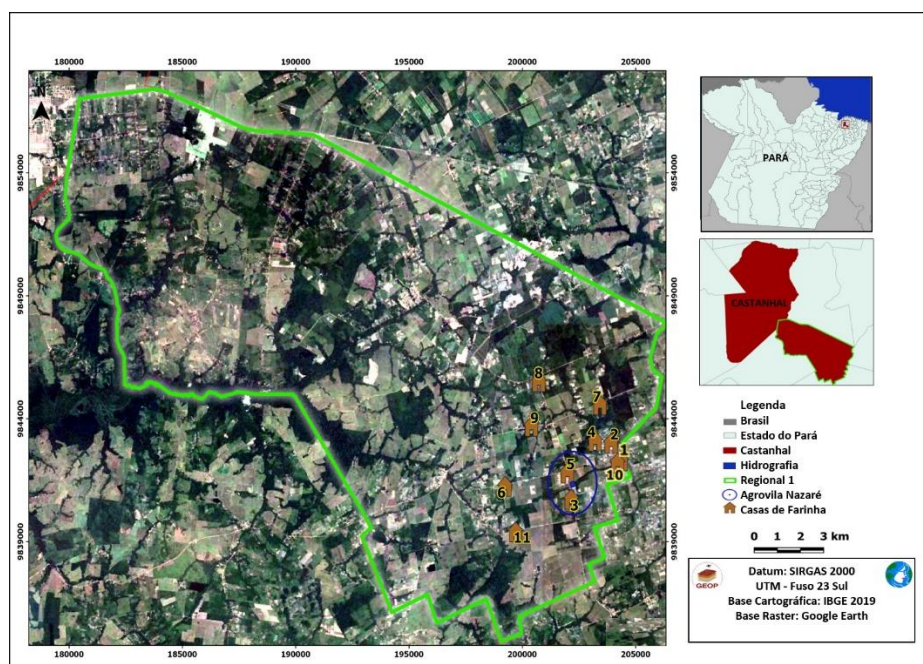
Assim, o associativismo pode ser visto como alternativa e meio para o fortalecimento das atividades produtivas familiares no campo, além de possibilitar a garantia de melhores condições de vida aos seus associados que, por consequência, refletirá no desenvolvimento da comunidade a qual estão inseridos, contudo, a associação não é capaz de atender por completo às expectativas dos seus associados principalmente no que tange à comercialização dos seus produtos e ganhos econômicos.

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido junto aos associados da Associação de Moradores e Agricultores da Agrovila Nazaré (AMAN). Fundada em 2009, a AMAN possui sede na Agrovila de Nazaré, sendo integrada atualmente por 68 sócios, os quais produzem uma gama diversificada de alimentos como farinha de mandioca, feijão caupi, abóbora, macaxeira, laranja, limão, mamão, corante de urucum, pimenta-do-reino, coentro, cebolinha, couve e pimentinha que são comercializados em feiras livres, vendidos aos atravessadores ou repassados à associação que vende para o governo através dos programas institucionais PNAE, PAA.

Haja vista que o objetivo do trabalho está centrado na produção e comercialização da farinha de mandioca apenas 11 associados foram entrevistados, cuja localização das suas casas de farinha está destacada na Figura 1.

Figura 1: Localização das casas de farinha dos associados entrevistados



Fonte: Adaptado pelos autores.

Para a coleta dos dados, foi utilizado um questionário estruturado contendo perguntas fechadas e abertas, seguindo instruções de Gerhardt *et al.* (2009). O questionário continha perguntas de cunho socioeconômico, produtivo, acesso à mercados institucionais e participação da associação no estímulo à produção da mandioca e farinha na região, bem como sua comercialização. Os dados obtidos foram tabulados e analisados por meio do software Microsoft Excel utilizando as ferramentas disponíveis no próprio sistema.

Cabe ressaltar que o presente estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Campinense de Ensino Superior (ICES-UNAMA) sob o protocolo nº 42639120.6.0000.5173. Os entrevistados convidados e que aceitaram participar da pesquisa, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o qual fornece informações gerais e os objetivos da pesquisa bem como os riscos e benefícios decorrentes da sua participação no estudo desenvolvido, assim como um Termo de Autorização para Uso de Imagem, Gravação e/ou Depoimento. Aos analfabetos, a pesquisadora responsável fez uma explicação detalhada da pesquisa e após a anuência do participante, foi recolhida sua digital.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 consta a relação dos produtores/proprietários das casas de farinha de mandioca associados à AMAN e suas respectivas quantidades mensais de produção e verifica-se que a produção da farinha de mandioca em sua totalidade é bastante expressiva. No entanto, ao estabelecer um comparativo da produção entre os associados, nota-se que varia bastante, e isso pode estar relacionado a forma de produção, pois alguns associados possuem maquinários mais especializados para auxiliar na fabricação da farinha como fornos e descascadoras mecânicas, elevando assim a capacidade produtiva.

Tabela 1: Quantidade mensal de farinha de mandioca produzida por associado.

Produtor	Farinha de mandioca produzida (kg/mês)*
1	12.000
2	2.400
3	6.000
4	3.000
5	6.000
6	4.800
7	12.000
8	12.000
9	4.800
10	9.600
11	6.000
Total	78.600

*Quantidade aproximada

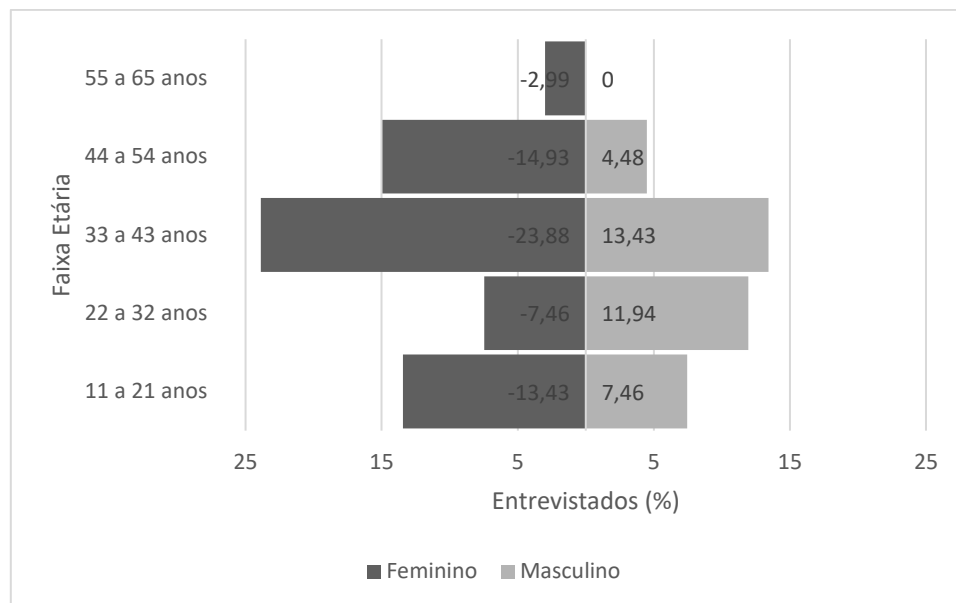
Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro fator é a disponibilidade de mandioca para o processamento, uma vez que apesar da tuberosa não possuir um período de safra estabelecido, a sua colheita varia conforme o plantio do produtor. Segundo Silva (2010), a melhor época para o cultivo da mandioca é no início das primeiras chuvas, variando entre os meses de setembro até abril. O cultivo dessa raiz não possui época pré-definida, dessa forma, varia conforme a maturação da raiz, que pode ser colhida no primeiro ciclo, entre oito e doze meses após o plantio, ou no segundo ciclo, que varia entre treze e vinte e quatro meses após o plantio.

Cabe ressaltar que os produtores relataram que a quantidade de farinha de mandioca por eles produzida poderia ser maior caso produzissem com regularidade, ou seja, durante todas as semanas do mês e todos os meses do ano. Nesse contexto, é importante destacar que nem todos os associados possuem sua própria plantação de mandioca, requerendo, portanto, que comprem de outros produtores. E, por vezes, mesmo possuindo a própria plantação, se o período de colheita não é adequado, o associado precisa recorrer a compra da raiz com outros produtores.

A participação das mulheres na cadeia produtiva da mandioca é bastante significativa, sendo, portanto, a principal mão-de-obra nesse setor. Ao observar a Figura 2 nota-se que a maioria dos entrevistados, 62,69%, são do sexo feminino tendo como faixa etária majoritária entre 33 e 43 anos. É importante ressaltar nesse contexto a presença de crianças nas casas de farinha, uma vez que essas mulheres precisam levar os filhos consigo. Em seu estudo, Faria e Cruz (2009) também verificaram a presença corriqueira de mulheres acompanhadas de crianças no colo ou ao seu redor enquanto desempenham suas atividades na produção de farinha.

Figura 2: Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação às atividades desempenhadas nas casas de farinha, às mulheres cabe, principalmente, o descasque das raízes, enquanto os homens ficam responsáveis pelo arranquio das raízes, moagem, prensagem e torra, visto que são tarefas que requerem maior esforço físico. Rabelo (2022) também constatou essa divisão de tarefas, sendo a raspagem da mandioca atividade principal das mulheres enquanto a sevagem, prensagem e peneiragem da massa e a torra da farinha são atividades desempenhadas pelos homens. Rabelo (2022) também destaca a habilidade e os saberes das mulheres na produção da farinha bem como de outros produtos típicos paraenses, exaltando o seu protagonismo no cenário rural e familiar.

Quanto a renda mensal, a maioria dos entrevistados, 72,73%, recebem de 1 a 2 salários, 18,18% recebem de 2 a 3 salários e 9,09% recebem 3 a 4 salários. Verificou-se que 54,55% dos associados possuem a renda mensal proveniente somente da produção da farinha de mandioca e 45,45% dos associados possui a produção de farinha como renda principal, mas é complementada por outras atividades como produção de hortaliças, verduras e frutas.

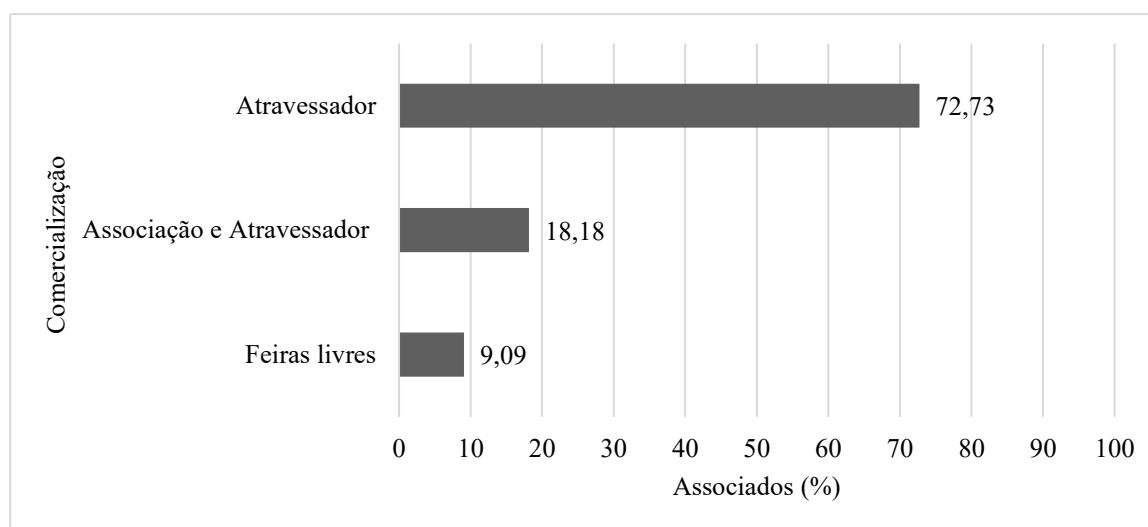
Alguns fatores podem ter influenciado nos baixos valores de renda mensal obtidos pelos agricultores, como a falta de matéria-prima, pois devido às fortes chuvas muitas plantações de mandioca foram perdidas, outro fator foi a demanda reduzida para a farinha de mandioca, já que os compradores ainda possuíam estoque desse produto e também a falta de mão-de-obra para auxiliar na produção, visto que muitas pessoas adoeceram devido a disseminação do vírus SARS-Cov-2 e outras, ou devido ao fornecimento de auxílio do governo, optaram por não trabalhar nas casas de farinha, resultando na baixa produção de farinha e consequentemente no baixo rendimento mensal dos produtores durante o período da presente pesquisa.

Barros Júnior (2015), ao questionar o rendimento médio mensal dos proprietários das casas de farinha localizadas no município de Lajedo, verificou que 76,4% afirmaram receber de 1 a 2 salários-mínimos, 11,8% recebem de 3 a 4 salários-mínimos e 11,8% recebem de 4 a 6 salários-mínimos. Dos entrevistados 59% alegaram que a renda é obtida somente com a produção da farinha e 41% afirmaram que complementam a renda com outras atividades.

Com relação a comercialização da farinha de mandioca (Figura 3), a maioria dos entrevistados relataram que vendem a farinha que produzem somente para o atravessador, uma parcela dos

associados vende parte da produção para a associação e outra parte para o atravessador e apenas uma pequena parcela dos entrevistados comercializam a farinha de mandioca que produzem diretamente nas feiras livres municipais.

Figura 3: Comercialização da farinha de mandioca.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pode ser observado, apesar de estarem associados à AMAN, a maioria dos entrevistados comercializam a sua produção por meio dos atravessadores. Ao serem questionados sobre os motivos para tomada de tal decisão, alegaram que o pedido de farinha de mandioca feito pela associação é pouco, e como precisam vender o produto, recorrem a outras formas de comercialização, sendo a principal, o atravessador. Segundo o vice-presidente da associação, o pedido de farinha de mandioca aos associados é reduzido devido a quantidade de farinha solicitada através dos contratos estabelecidos com os programas do governo também ser reduzido e, por vezes, irregular. Modesto Júnior e Alves (2013), também constataram em seu estudo que o atravessador é o canal de comercialização mais importante utilizado pelos agricultores familiares do município de Moju para o escoamento de sua produção, seguido da venda ao mercado varejista.

Ao mapear a frequência da compra de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no Brasil, Machado *et al.* (2018), verificaram que as regiões norte e centro-oeste são as que apresentaram menor frequência de compra. Segundo os autores isso pode estar relacionado ao fato de que parte dos municípios dessas regiões comprem quantidades inferiores a 30% do que é estabelecido em lei para a compra de alimentos da agricultura familiar, que pode ser reflexo da falta de articulação entre gestores e agricultores e dificuldades logísticas. Os autores ainda colocam como outras possíveis causas a deficiente assistência técnica e a dificuldade do acesso ao crédito agrícola para os agricultores familiares.

Alguns associados relataram que apesar da associação comprar o produto por um preço melhor quando comparado ao preço estipulado pelo atravessador, optam em não vender a farinha de mandioca à associação devido à demora no repasse do dinheiro, uma vez que precisam pagar no final da semana as pessoas que auxiliam na colheita da mandioca e na produção da farinha, o que para eles é visto como vantagem quando a mercadoria é vendida ao atravessador, pois o repasse do dinheiro ocorre de forma instantânea, ou seja, no momento da entrega da farinha. Cabe destacar que também foi relatado a atuação do atravessador como um agente importante ao estímulo da produção da farinha de mandioca, pois alguns além de comprarem a mercadoria, também ajudam os proprietários na compra de maquinários, por exemplo, estabelecendo e fortalecendo relações de confiança.

Outro motivo citado por alguns proprietários para não vender o produto à associação, deve-se a exigência do selo sanitário em sua produção. Apesar da afirmativa sobre o conhecimento referente ao selo de inspeção estadual (SIE), verificou-se que 54,55% dos produtores não sabem do que se trata e, todos os associados, em unanimidade, afirmaram que não conhecem os benefícios que o selo pode proporcionar para a comercialização da sua produção. Dos entrevistados, apenas 27,27% disseram que possuem interesse em aderir o selo.

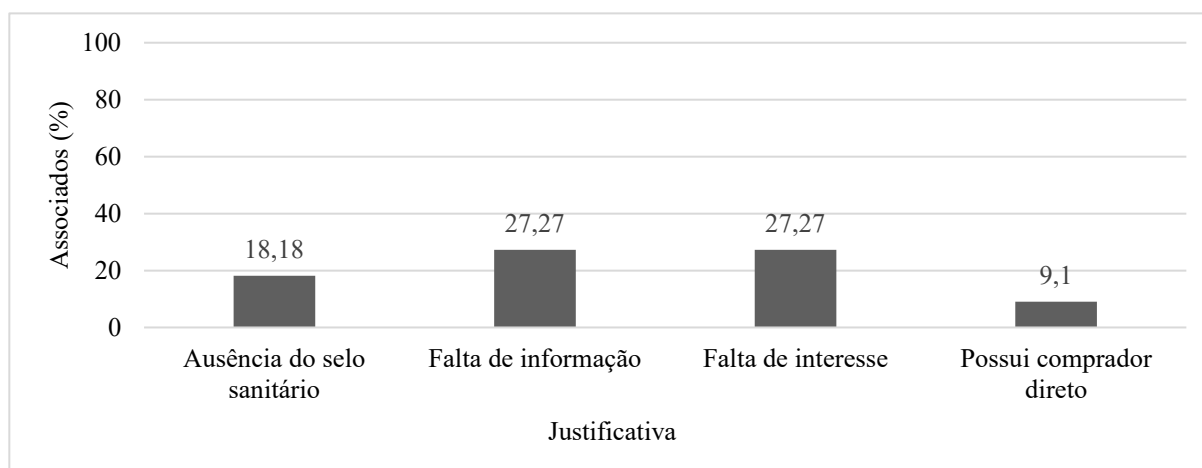
A falta de informações sobre o SIE pode estar relacionada a falta de interesse do proprietário em buscar melhorias ao seu empreendimento e à sua produção, visto que considera suficiente comercializar o seu produto aos atravessadores ou nas feiras livres dos municípios. A insuficiente atuação dos órgãos de fiscalização também contribui nessa decisão pois os agricultores carecem de orientação e principalmente de estímulo para buscar essas melhorias.

Quando questionados sobre os motivos que impedem a adesão ao SIE, 54,55% dos associados responderam que não possuem informações sobre os requisitos necessários para adesão ao selo, 27,27% não dispõem de recursos financeiros para realizar as adequações no estabelecimento de produção exigidas pela legislação vigente, 9,09% alegaram falta de interesse no assunto e 9,09% afirmaram que estão buscando realizar os ajustes necessários no ambiente de produção para conseguir o selo de inspeção estadual.

Para realizar a comercialização da farinha de mandioca para os programas de compras de alimentos do governo, PNAE e PAA, e também para a venda em supermercados varejistas e atacadistas, é necessário que o produtor de farinha de mandioca atenda às normas prescritas no decreto nº 1380/2015 que regulamenta a lei nº 7565/2011 que dispõe sobre as normas para o licenciamento de estabelecimentos processadores, registros e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no estado do Pará para conseguir o selo de inspeção estadual (SIE) (Pará, 2015).

Os associados à AMAN também foram questionados quanto à participação em programas institucionais do governo. Como resposta, apenas 18,18% participam dos programas governamentais de compras de alimentos através da associação, e dos 81,82% que não participam alegam ser por falta de informação de como acessar aos programas, sobre os requisitos necessários e demais informações, falta de interesse em participar, não participam devido à ausência de selo sanitário no produto ou não participam pois já possuem comprador regular, conforme pode ser observado na Figura 4.

Figura 4: Justificativa fornecida pelos associados para não participação dos programas de compras do governo.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se como importante problemática que permeia a produção da agricultura familiar, a falta de acesso à informação que, consequentemente, desencadeia na falta de interesse dos agricultores em procurar melhorias, de maneira geral, para a sua produção e comercialização. Por residirem em locais distantes dos centros urbanos aliado a rotina cansativa de trabalho, os pequenos produtores acabam não procurando o auxílio dos órgãos governamentais.

Por meio de práticas educativas, as atividades de assistência técnica têm um importante papel na relação entre órgãos governamentais e os produtores rurais, massificando o acesso a informações e conhecimentos de interesse público, gerando oportunidade de alcance a diversos tipos de serviços contribuindo, assim, efetivamente, no desenvolvimento rural (Bortolotti, 2014; Molina; Mourão, 2018).

Nesse contexto destaca-se a relevância da atuação desses órgãos na área rural, não somente como agentes fiscalizadores, mais também como agentes educacionais, uma vez que além de monitorar e coletar informações podem fornecer os esclarecimentos necessários conforme sua competência de atuação, despertando o interesse dos agricultores e assim, fomentando, o desenvolvimento no meio rural.

No entanto, verificou-se no presente estudo que apesar de 81,82% dos entrevistados terem recebido visita dos órgãos governamentais em seu ambiente de trabalho, apenas 9,09% disseram possuir acompanhamento desses órgãos na produção da farinha de mandioca, recebendo instruções para cálculo do rendimento da produção e orientações quanto as boas práticas de manipulação, por exemplo. Dentre o total de produtores entrevistados, 54,55% consideram a atuação desses órgãos regular e 45,45% alegam ser bom. Em relato, alguns produtores forneceram essa classificação pois não receberam represálias, uma vez que sua atuação é considerada irregular devido à falta das documentações necessárias para o funcionamento de seu empreendimento familiar.

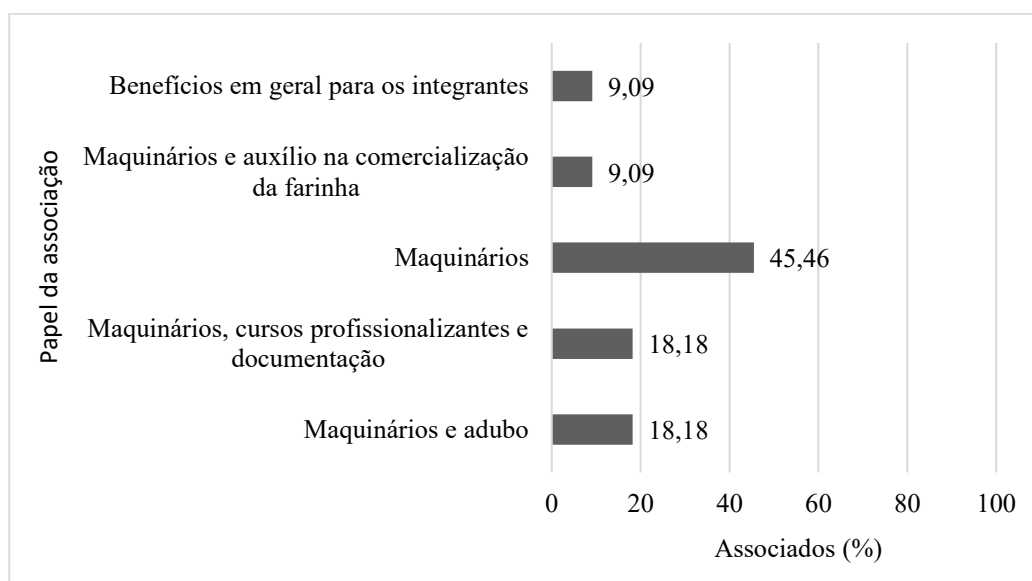
Cabe destacar também o relato de um produtor entrevistado de quando recebeu a visita de um órgão de fiscalização em seu ambiente de trabalho, o qual condenou suas instalações, classificando-as como inapropriadas a produção de alimentos. Em resposta, o proprietário informou que não dispõe de recursos financeiros para fazer as inúmeras melhorias que lhe foram impostas, uma vez que o que recebe por meio da venda de seu produto, é utilizado somente para o seu sustento e o de sua família.

Um dos grandes entraves para a agricultura familiar é a incompatibilidade das legislações fiscal, sanitária, previdenciária e ambiental às particularidades inerentes à agricultura familiar, pois as imposições requeridas para a unidade de beneficiamento familiar são as mesmas exigidas para as grandes empresas (Caruso, 2008).

Ainda segundo a autora supracitada, dentre as legislações, as dificuldades em atender as exigências das legislações sanitárias são consideradas como o principal problema enfrentado pelos pequenos produtores que querem criar ou regularizar seu empreendimento familiar. Tal fato gera desmotivação em muitos agricultores a realizar melhorias e investimentos para reduzir o grau de inadequação dos seus empreendimentos. Assim, com apoio institucional adequado e implantação de uma legislação ajustada à agricultura familiar, resultará na prosperidade dos empreendimentos de cunho familiar, pois estará condizente a escala de produção do agricultor, levando em consideração a realidade a qual está inserido, e atendendo às condições mínimas necessárias a produção de alimentos.

Tendo em vista que alguns dos objetivos que fundamentam o funcionamento de uma associação são o fortalecimento do associado junto ao mercado e a organização das suas cadeias produtivas (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2019), quando questionados sobre o papel desempenhado pela associação na agrovila, os associados relataram os benefícios que recebem enquanto integrantes da associação. Dessa forma, de maneira geral, observa-se que os associados alegaram que a atuação mais importante da associação é o fornecimento de maquinários como trator, plantadeira de maniva, roçadeira e grade aradora que auxiliam no cultivo na mandioca, conforme retratado na Figura 5.

Figura 5: Opinião dos associados quanto o papel da associação na agrovila.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo o vice-presidente da associação, o maquinário ofertado pela AMAN para uso dos associados é fornecido a um preço abaixo do mercado para facilitar o acesso. Em relação ao adubo, são feitas compras coletivas já que o preço é mais barato quando comparado a compras individuais. No que tange a documentação, por meio da associação, os associados podem realizar a solicitação do documento de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER). A associação também emite aos associados declarações para alcance de aposentadoria rural, salário maternidade, benefício e auxílio-doença. Os cursos de capacitação ofertados para a comunidade são gratuitos e realizados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Sobre a importância da associação no estímulo à produção da mandioca, produção da farinha e sua comercialização, 45,46% alegaram considerar importante pois a associação ajuda na produção da mandioca e venda da farinha, 27,27% disseram que ajuda apenas na produção da mandioca, 18,18% afirmam que a associação precisa adotar mais medidas para auxiliar na comercialização da farinha e 9,09% afirmam que ajuda somente na venda da farinha.

De maneira geral, pode-se afirmar que a atuação da associação é satisfatória uma vez que busca atender as necessidades dos agricultores associados, estimulando a cadeia produtiva da mandioca, ao passo que também verifica-se a necessidade de aprimorar algumas ações mais direcionadas a comercialização da farinha de mandioca e representação de seus associados frente aos órgãos públicos e privados para realização de negociações visando acesso a novos mercados e informações, promovendo o desenvolvimento dos próprios associados bem como da associação e da comunidade a qual fazem parte.

5. CONCLUSÕES

A farinha de mandioca é um produto bastante apreciado na região norte e considerado essencial, uma vez que constitui a base alimentar de muitos povos da região. Possui grande importância socioeconômica já que, para muitas famílias no meio rural, é a principal fonte de renda

e subsistência, e cultural, pois é um alimento com alto valor agregado, uma vez que o “saber-fazer” tem sido repassado ao longo de gerações.

Tendo em vista a relevância da mandioca no cenário paraense, ressalta-se a necessidade de adotar ações que promovam o crescimento e fortalecimento de sua cadeia produtiva no estado. É importante também instaurar medidas que estimulem o beneficiamento da mandioca para obtenção de subprodutos, como a farinha, e sua comercialização, visando melhorar as condições de vida de seus produtores e promover a valorização desse produto regional.

A criação de associações mostra-se como alternativa viável para o fortalecimento dos produtores familiares uma vez que tem por premissa a conquista de benefícios visando a promoção do desenvolvimento de todos os seus integrantes para o segmento que representam. Assim, a AMAN possui importante papel na Agrovila de Nazaré e para seus associados, uma vez que suas ações estimulam a mandiocultura e, por consequência, o desenvolvimento local. No entanto, ainda se verifica a necessidade de adoção de mais medidas voltadas a comercialização da farinha de mandioca produzida por seus associados.

Por outro lado, é imprescindível destacar a atuação do governo municipal quanto agente fomentador do desenvolvimento rural local, e para isso, deve procurar criar mais ações voltadas à promoção do crescimento do meio rural e melhoria da qualidade de vida dos agricultores, por meio do acesso a informação e, principalmente, cumprindo o previsto em lei no que tange à compra de alimentos da agricultura familiar.

Quanto aos órgãos governamentais cabe realizar o acompanhamento da produção da mandioca e da farinha fabricada por esses produtores, ofertando cursos de capacitação e, conforme área de atuação, facilitando não somente o acesso a informação, mas também criando ou ajustando as exigências das legislações de forma a torná-las mais acessíveis, estimulando, assim, o interesse dos agricultores em adotar essas medidas para regularizar o seu empreendimento.

Nesse contexto, é importante considerar a realidade dos agricultores familiares, assim como a especificidade de muitos produtos que fabricam, e em vista disso, buscar adequar as normativas para que consigam ajustar o seu estabelecimento às normas estabelecidas pela legislação vigente. No que se refere a legislação sanitária, o estado do Pará está buscando criar normativas mais acessíveis visando a regularização dos empreendimentos familiares e certificação dos produtos artesanais.

É importante ressaltar, ainda, que há carência de pesquisas nessa área na literatura, pois há poucos trabalhos na atualidade explorando a produção da farinha de mandioca e suas variadas vertentes, principalmente no que se refere a avaliar as condições de processamento destacando a realidade dos agricultores familiares bem como as dificuldades por eles enfrentadas. Tal fato pode estar relacionado a dificuldade de acesso às casas de farinha que, em sua maioria, estão localizadas em áreas mais afastadas. Outro ponto a ser destacado é o receio dos agricultores em participar dessas pesquisas pois, muitas vezes, temem retaliações que resultem no fechamento dos seus empreendimentos ou que sejam feitas exigências as quais não possam cumprir.

Com base nesse cenário, apesar das dificuldades, novos estudos devem ser desenvolvidos nas casas de farinha, como o fornecimento de orientação e capacitação sobre as Boas Práticas de Fabricação da farinha de mandioca, regularização dos empreendimentos agroalimentares e certificação de produtos artesanais, dentre outras atuações nessa área. A elaboração de ações conjuntas com os pequenos produtores possibilitará a construção de novos conhecimentos por meio da troca de saberes empíricos e científicos, buscando aprimorar a mandiocultura na região e o processo de fabricação e comercialização da farinha de mandioca produzida pela agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ADEPARÁ. **Adepará reúne com produtores de farinha de São Miguel do Guamá.** Belém: Agência Pará de Notícias, 2017. Disponível em: <http://adepara.pa.gov.br/artigos/adepar%C3%A1->

[re%C3%BAno-com-produtores-de-farinha-de-s%C3%A3o-miguel-do-guam%C3%A1](#). Acesso em: 20 mai. 2021.

ADEPARÁ. **Estado lança programa de incentivo à produção no Congresso Brasileiro de Mandioca**. Belém: Agência Pará de Notícias, 2018. Disponível em: <http://www.adepara.pa.gov.br/artigos/estado-lan%C3%A7a-programa-de-incentivo-%C3%A0-produ%C3%A7%C3%A3o-no-congresso-brasileiro-de-mandioca>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ALVES, ICP.; TEIXEIRA, SMS.; PEREIRA, FBA. Associativismo: abordagem teórica e seus princípios. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO, 8., 2017, Paraíso do Tocantins, Tocantins. **Anais [...]**. Paraíso do Tocantins, Tocantins: JICE, 2017. p.1-9. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/8jice/paper/viewFile/8422/3947#:~:text=O%20associativismo%20consiste%20no%20modo,qualidade%20de%20vida%20dos%20associados>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ASSIS, TRP; FRANÇA, AGM; COELHO, AM. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso a mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.57, n.4, p.577-593, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/BCKzGpHFdqBMChDYbTkcV4F/?lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BACCARIN, JG; TRICHES, RM; ARRUDA TEO, CRP; SILVA, DBP. Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.55, n.1, p.103-122, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/FSg7rmxPPTX6nSPLfFvQ7QC/?lang=pt>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BARROS JÚNIOR, AP. **Impactos ambientais da vulnerabilidade dos trabalhadores nas casas de farinha no agreste pernambucano**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17209/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ant%C3%B4nio%20Pacheco_Definitiva.pdf. Acesso em: 21 mai. 2021.

BORTOLOTTI, MA. **O papel da assistência técnica e extensão rural na evolução dos agroecossistemas familiares, fundamentados por práticas agroecológicas na microrregião de Pato Branco-PR**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2014. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1121/1/PB_PPGDR_M_Bortolotti_Monica_Aparecida_2014.pdf. Acesso em: 22 mai. 2021.

CANALI, H. **Maior produtor brasileiro de mandioca, Pará recebe encontro internacional**. Governo do Pará: Secretaria de Planejamento, 2018. Disponível em: <https://www.seplan.pa.gov.br/maior-produtor-brasileiro-de-mandioca-par%C3%A1-recebe-encontro-internacional>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CARDOSO, EMR.; MÜLLER, AA.; SANTOS, AIM.; HOMMA, AKO.; ALVES, RNB. **Processamento e comercialização de produtos derivados de mandioca no nordeste paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 29 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/63288/1/Oriental-Doc102.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CARUSO, CO. **A agroindústria familiar no extremo sul gaúcho: limites e possibilidades de uma estratégia de reprodução social**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-782/a-agroindustria-familiar-no-extremo-sul-gaicho--limites-e-possibilidades-de-uma-estrategia-de-reproducao-social>. Acesso em: 23 mai. 2021.

CEREDA, MP. Conservação de raízes. In: SOUZA LS; FARIAS ARN, MATTOS PLP, FUKUDA WMG (Eds.), **Processamento e Utilização da Mandioca**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. Cap.6, p. 204-218.

CORREA, AD.; FARIAS, ARN.; MATTOS, PLP. Utilização da mandioca e de seus produtos na alimentação humana. In: SOUZA LS, FARIAS ARN, MATTOS PLP, FUKUDA WMG (Eds.), **Processamento e Utilização da Mandioca**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. Cap.7, p. 221-298.

GERHARDT, TE.; RAMOS, ICA.; RIQUINHO, DL.; SANTOS, DL. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, TE; SILVEIRA, DT. (eds.), **Métodos de Pesquisa** (1ªed.,). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Cap. 2, p.31-42. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

COSTA, BAL; AMORIM JÚNIOR, PCG; SILVA, MG. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.53, n.1, p.109-126, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/8DRytywCn4f84zpSpxVN8h/>. Acesso em: 23 mai. 2021.

CUNHA, WA; FREITAS, AF; SALGADO, RJSF. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.55, n.3, p.427-444, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/RqL7PnprCkXDCTWxD4GhVRj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 mai. 2021.

EID, F.; ADDOR, F.; CHIARIELLO, CL.; LARICCHIA, CR.; KAWAKAMI, A. Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v.11, n.22, p.1-31, 2015. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rt/article/view/3133>. Acesso em: 24 mai. 2021.

FAGOTTI, LN. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v.9, n.1, p.1-29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/10948>. Acesso em: 24 mai. 2021.

FARIA, M.S.; CRUZ, J.O. Casas de farinha: mulheres e representações sociais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba, Paraná. **Anais [...]**. Curitiba, Paraná: INTERCOM, 2009. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2109-1.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FERREIRA, LA. **Estratégias de acesso a mercados para a agricultura familiar**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 70p. Disponível em: [Revista Espaço de Diálogo e Desconexão - REDD \(E-ISSN: 1984-1736\).](#)

<https://www.ufrb.edu.br/proexc/images/cartilha-estrategia-de-acesso-a-mercados-para-a-agricultura-familiar-fundacao-banco-do-brasil.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

GALERA, JMSV. Estruturação genética do germoplasma de mandioca através de informações comparativas entre estudos biológicos e antropológicos. 2008. Dissertação (Mestrado) - Instituto Agrônomo, Campinas, 2008. Disponível em: <http://sbmandioca.org/estruturacao-genetica-do-germoplasma-de-mandioca/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

RABELO, S.C.M. **Raspadeiras de mandioca**: a mulher na produção da farinha de mandioca, na vila de São Jorge/Igarapé-Açu/PA. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_d63d126152cab2746138713bdb92ff5e. Acesso em: 16 jul. 2025.

GERHARDT, TE.; RAMOS, ICA.; RIQUINHO, DL.; SANTOS, DL. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, TE; SILVEIRA, DT. (eds.), **Métodos de Pesquisa** (1ªed.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Cap. 2, p.31-42. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52 (Supl.1), S125-S146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

IBGE. **Indicadores IBGE**: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e Estatística da Produção Agrícola. Diretoria de Pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2020/estProdAgri_202012.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2020/estProdAgri_202012.pdf). Acesso em: 25 mai. 2021.

LIMA, B.; COSTA, D.; CAVALCANTI, N.; FEITOSA FILHO, NN. **Cartilha do Agricultor Familiar**: associativismo e cooperativismo solidário. Capacitação da Tecnologia Social PAIS: Fundação Banco do Brasil, 2009. Disponível em: https://fbb.org.br/pt-br/?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=20&id=33&Itemid=1000000000000. Acesso em: 26 mai. 2021.

MACHADO, PMO.; SCHMITZ, BAS.; GONZÁLEZ-CHICA, DA.; CORSO, ACT.; VASCONCELOS, FAG.; GABRIEL, CG. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.23, n.12, p.4153-4164, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QdL4Yswv459pkKsWdvMBqtt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 mai. 2021.

MODESTO JÚNIOR, MS.; ALVES, RNB. Canais de comercialização de farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) utilizados por agricultores familiares de Moju, PA. In CONGRESSO BRASILEIRO DE MANDIOCA, 15., 2013. Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador, BA: CBM, 2013. p.1-5. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/92784/1/003-aspectos-20729.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

MOLINA, CD.; MOURÃO, APM. Assistência Técnica agrônômica para agricultores na região oeste do Paraná. **Revista Cultivando o Saber**, v.11, n.1, p.45-59, 2018. Disponível em: https://www.fag.edu.br/upload/revista/cultivando_o_saber/5ab39c57a5b0b.pdf. Acesso em: 26 mai. 2021.

PARÁ. **Decreto nº 1.380, de 3 de setembro de 2015**. Regulamenta a lei nº 7.565 de 25/10/2011. Pará: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, [2015]. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/bra181264.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

RAMOS, BAF. **Governança empresarial de Tiradentes**: associativismo e transformação. Belo Horizonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2015. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Artigos/Governanca Empresarial Tiradentes Associativismo Transformacao Sebrae Minas.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Artigos/Governanca_Empresarial_Tiradentes_Associativismo_Transformacao_Sebrae_Minas.pdf). Acesso em: 27 mai. 2021.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Econômica do Nordeste**, v.45, n.1, p.21-35, 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/496/392>. Acesso em: 27 mai. 2021.

SANGALLI, AR.; SILVA, HCH.; SILVA, IF.; SCHLINDWEIN, MM. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento do assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.17, n.2, p.225-238, 2015. Disponível em: <http://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/994>. Acesso em: 27 mai. 2021.

SCARABELOT, M; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local - um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Faz Ciência**, v.14, n.19, p.101-130, 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8028/8030>. Acesso em: 27 mai. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Associação. 1 ed. Brasília-DF: SEBRAE, 2009. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf). Acesso em: 14 jul. 2025.

SERENINI, MJ; MALYSZ, ST. A importância da agricultura familiar na produção de alimentos. **Cadernos PDE**, v.1, n.1, p.3-28, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unepar-campomourao_geo_artigo_marcio_jose_serenini.pdf. Acesso em: 27 mai. 2021.

SENAR. **Organizações coletivas no meio rural: associativismo e cooperativismo**. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2019. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/259_ORGANIZA%C3%87%C3%95ES-COLETIVAS-NO-MEIO-RURAL_191009_204232.pdf. Acesso em: 28 mai. 2021.

SILVA, ACB.; ALVES, MAV.; AQUINO, DT. A importância da produção da mandioca na comunidade do Castanho-Garanhuns-PE. **Breves contribuciones del I.G.E**, v.1, n.22, p.75-90, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4055908>. Acesso em: 28 mai. 2021.

- SILVA, CM. **A produção artesanal e agricultura familiar de Várzea Grande/MT**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2010.
- SOUZA, FEC.; OLIVEIRA, LKB.; COSTA, RS.; SILVA, CMF. Relato de experiência: a produção de mandioca como meio de preservação dos costumes e do conhecimento tradicional na comunidade de Lagoa de São João, Aracoiaba-CE. In: ENCONTRO REGIONAL DE AGROECOLOGIA DO NORDESTE, 16., Rio Largo, Alagoas. **Anais [...]** Rio Largo, Alagoas: ERA, 2017. p.1-4. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/era/article/view/3563/2885>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- TRINCHES, RM; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar, **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.20, n.1, p.66-106, 2012. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/349>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- UENO, VA., NEVES, MC., QUEIROGA, JL., RAMOS FILHO, LO., OLIVEIRA, LP. **Estratégias de comercialização da agricultura familiar**: estudo de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo. Embrapa Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1065665/1/2016AA50.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2021.